

27 de abril de 2023

O que é?

O *Carbon Border Adjustment Mechanism* (CBAM), ou, Mecanismo de Ajuste Fronteiriço de Carbono, é uma taxa aduaneira referente às emissões de carbono associadas a produtos exportados para a União Europeia (UE). O mecanismo está diretamente relacionado à transição energética, na medida em que visa estimular a redução das emissões de gases do efeito estufa.

O que justifica a sua implementação?

O CBAM é uma das ferramentas de política climática formuladas pelos países membros da UE como parte do plano “Fit for 55”, que tem como objetivo reduzir as emissões de carbono da União Europeia em 55% até 2030, em relação ao ano 1990, além do atingimento da neutralidade climática até 2050¹.

Como parte dos esforços contemplados pela UE para incentivar o cumprimento das metas climáticas, desde 2005 foi implementado um mercado de carbono regulado (o, Sistema de Comercio de Emissões da União Europeia - EU-ETS), no qual as empresas emissoras podem adquirir créditos de carbono de outras empresas que conseguiram reduzir suas emissões abaixo de um teto estabelecido. Prevendo o impacto da internalização das externalidades negativas (as emissões de CO2 equivalente) na estrutura de custos das empresas europeias, e, portanto, o risco de perda de competitividade no comércio internacional, a UE tinha concedido licenças a setores específicos. Contudo, o planejamento envolve a eliminação gradual da concessão de licenças de emissões gratuitas².

Esse processo tende a deixar algumas indústrias expostas levando ao risco do chamado “vazamento de carbono” (*carbon leakage*). Este termo se refere à decisão das empresas de transferir, total ou parcialmente, sua cadeia produtiva para países com regulamentações ambientais menos rigorosas, a fim de evitar a adoção de planos de mitigação mais ambiciosos em suas operações ou o pagamento de créditos de carbono, o que pode levar a um aumento das emissões globais de GEE. A UE busca reduzir esse risco por meio da implementação do CBAM. Além disso, a medida também incentiva mudanças na regulamentação ambiental de parceiros comerciais do bloco europeu que poderão ter prejuízos comerciais caso não se adaptem a este novo contexto.

Como funcionará?

O CBAM será implementado de forma gradual, com a primeira fase começando em primeiro de outubro de 2023 e afetando um grupo específico de produtos como cimento, ferro e aço, fertilizantes, alumínio,

¹ 2023. Conselho da União Europeia. <https://www.consilium.europa.eu/pt/policies/green-deal/fit-for-55-the-eu-plan-for-a-green-transition/>.

² 2023a. Comissão Europeia. https://climate.ec.europa.eu/eu-action/eu-emissions-trading-system-eu-ets_en.

eletricidade e hidrogênio. Nesta etapa, as empresas europeias deverão começar a relatar as emissões de mercadorias importadas de forma trimestral. Até 31 de dezembro de 2024, os importadores deverão obter o status de "declarante autorizado" para se qualificar para a importação de bens sujeitos ao escopo do CBAM³.

A partir de 1º de janeiro de 2026, o CBAM entrará em vigor de forma integral⁴. Os importadores deverão declarar anualmente a quantidade de bens importados para a UE no ano anterior e as emissões de gases de efeito estufa associadas. Em seguida, eles deverão entregar o número correspondente de certificados CBAM, cujo preço será calculado com base no preço médio semanal de leilão de permissões mercado de carbono europeu expresso em €/tonelada de CO₂ equivalente emitido⁵.

Impactos esperados

Considerando a estrutura projetada para o CBAM, a UE busca garantir o atingimento de seus compromissos climáticos mantendo a competitividade da indústria⁶. O mecanismo tem também o potencial de impulsionar a inovação e o investimento em tecnologias de baixo carbono, na medida em que incentiva as empresas a adotar estratégias para se adaptarem a essa nova realidade.⁷

Contudo, o mecanismo também tem implicações do ponto de vista econômico, comercial e até mesmo geopolítico. Em termos econômicos, a entrada em vigor do CBAM ocorrerá tendo como foco setores da considerados *hard-to-abate*, onde os combustíveis fósseis são usados como fonte de energia, e que, em casos como o setor de fertilizantes, são insumos chave para a produção desses bens. Sem alternativas à utilização de fontes fósseis para satisfazer a demanda de energia nesses setores, no curto e médio prazo, o pagamento de certificados será obrigatório. Em decorrência do exposto, a introdução do CBAM tem o potencial de impactar a estrutura de custos dos bens produzidos na Europa usando como insumo os produtos importados e taxados pelo mecanismo.

Do ponto de vista comercial, o CBAM representa uma mudança significativa para todas as empresas e países que realizam transações comerciais com a UE devido aos efeitos dessas medidas sobre a competitividade de suas exportações e na reorganização dos fluxos comerciais.

Com a entrada em vigor de forma integral, em 2026 as empresas importadoras da UE e os produtores estrangeiros deverão pagar um valor estimado de EUR 75 por tonelada de CO₂e emitido na produção dos bens que pretendem ingressar aos mercados da Europa, comparativamente ao mesmo produto produzindo

³ 2023, Ernst & Young. <https://taxnews.ev.com/news/2023-0740-european-parliament-approves-eu-emission-trading-system-reform-and-new-eu-carbon-border-adjustment-mechanism>

⁴ Idem.

⁵ 2023b. Comissão Europeia. https://taxation-customs.ec.europa.eu/green-taxation-0/carbon-border-adjustment-mechanism_en

⁶ Com a sua implementação de forma integral, a Comissão Europeia estima que o CBAM pode capturar mais de 50% das emissões nos setores cobertos pelo mercado de carbono europeu (Comissão Europeia, 2023b).

⁷ Idem.

em um país europeu, com pegada de carbono menor. O pagamento de impostos pode aumentar entre 15% e 30% no caso dos bens produzidos em países produtores com maior intensidade de carbono, tais como China, Índia e Rússia. E, os efeitos dessa medida podem ser ainda mais significativos, uma vez que o valor da tonelada de CO₂ equivalente emitido deverá aumentar para a faixa dos EUR 100 até 2030, e a lista de bens importados que serão regulados⁸ também deve ser expandida.

A introdução do CBAM também pode impactar de forma desproporcional os países em desenvolvimento, muitos deles com uma representatividade baixa em termos de volumes de emissões de GEE na atmosfera. Entre as causas dessa situação, estima-se que esse grupo de países terá maior dificuldade para desenvolver critérios de medição, contabilização, além de capacidades de rastreamento de emissões ao longo de toda a cadeia produtiva, portanto afetando a possibilidade de continuar realizando negócios com a UE⁹.

Vale destacar também, que, o CBAM não contempla disposições para diferenciar países de renda média e baixa com menor participação nas emissões globais de GEE e maiores dificuldades para se adaptar às transformações que estão ocorrendo nas indústrias de energia. Esses países demonstram dificuldades em termos de acesso à tecnologia e financiamento e à variedade de estratégias nacionais de mitigação das mudanças climáticas¹⁰.

Por fim, também se deve atentar para os princípios estabelecidos pela Organização Mundial do Comércio (OMC). Neste quesito, o mecanismo poderia gerar situações de incompatibilidade com os princípios de não discriminação entre fornecedores locais e estrangeiros, e de não discriminação entre fornecedores estrangeiros¹¹. Por outro lado, o CBAM pode também ensejar que outros países, por isonomia, adotem o mesmo mecanismo fronteira em relação aos produtos vindos da Europa.

Conheça o posicionamento do IBP sobre Transição Energética, acessando o link: <https://www.ibp.org.br/posicionamentos/>.

⁸ 2021. Boston Consulting Group. <https://www.bcg.com/pt-br/publications/2021/eu-carbon-border-tax>.

⁹ 2023. WSJ. <https://www.wsj.com/articles/what-to-know-about-europes-carbon-border-tax-ea18daf6>.

¹⁰ 2022. UNFCCC. <https://unfccc.int/documents/624444>.

¹¹ 2021. Bruegel. <https://www.bruegel.org/blog-post/european-unions-carbon-border-mechanism-and-wto>.